

A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL DOCENTE CEARENSE: A CRIAÇÃO DA APEOC/ SINDICATO E DO SINDIUTE

Danusa Mendes Almeida¹

1. Introdução

A história do sindicalismo dos docentes que atuam na rede pública básica de ensino é bastante recente no Brasil. Mais precisamente data do ano de 1988, com a promulgação da Carta Magna que ratificou o direito aos servidores públicos de se organizarem em sindicatos, garantindo a Lei apenas a formação de um sindicato por categoria. No entanto, em virtude das divergências que sempre permearam a política brasileira em períodos “democráticos” essa trajetória, em alguns estados, foi bastante conflituosa.

O presente artigo pretende discutir a formação do movimento sindical dos docentes da rede pública básica do ensino no Ceará. O caso cearense apresenta algumas especificidades, marcado pela presença de duas entidades sindicais – a APEOC/ Sindicato e o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Ceará (SINDIUTE), as quais vêm disputando o espaço do movimento docente no Estado, desde os anos de 1990. Para tanto, delimitamos como objetivo central *compreender a formação do movimento sindical dos professores da rede básica pública de ensino no Ceará*.

Estabelecemos como procedimentos metodológicos, estudos bibliográficos, bem como, trabalhamos com a pesquisa documental, mediante a análise de fontes hemereográficas. Além disso, realizamos uma pesquisa de campo, utilizando como instrumento de coleta entrevistas semi-estruturadas com líderes sindicais que participaram do movimento docente desde os anos de 1980. Os sujeitos são identificados por códigos: APEOC (A-1, A-2); SINDIUTE (S-1, S-2).

A seguir, apresentaremos os resultados desse estudo que se apresenta estruturado da seguinte forma. Inicialmente, fazemos uma abordagem da *organização do magistério público no Ceará*, sendo discutido as fases das lutas dos docentes das escolas públicas. Posteriormente, destacamos algumas características do movimento sindical no Brasil, no período dos anos de 1970 e 1980, considerando que as tendências emergidas nesse contexto influenciaram na formação das tendências no movimento sindical docente; aspecto analisado no terceiro tópico do trabalho, no debate sobre a fase da

¹ Universidade do Estado de Ceará. E-mail: danusam2@hotmail.com.

sindicalização. Por fim, abordaremos a formação do movimento sindical a partir da década de 1990.

2. Organização do magistério público do Ceará: breve caracterização

Na trajetória das lutas dos servidores públicos na área da educação, podemos identificar dois momentos: a fase do associativismo e a fase do sindicalismo. Inicialmente, em razão da proibição imposta pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, que desde sua promulgação, em 1940, definiu os servidores públicos como uma categoria profissional “não sindicalizável”, os servidores passaram a se organizar em associações. Assim, foram criadas diversas entidades em todos os estados brasileiros e, esse quadro marcou o início da organização docente no Ceará.

A incursão pela emergência da organização docente no Ceará demonstra que esta surgiu nos moldes do “associativismo” que se caracterizou pela fragmentação das lutas da categoria, evidenciada pelo número de associações fundadas, nas quais se defendiam os interesses específicos de cada segmento; pela ausência de debates mais amplos que discutissem a política educacional em todos os seus aspectos; inexistência da luta pela democratização da escola pública, ausência de práticas combativas e a política do peleguismo, no qual as reivindicações eram mais discutidas com o governo, não havendo um debate entre a categoria.

Moreira (1990) identificou que as primeiras associações no Estado surgiram no período entre 1950 e 1960. A primeira entidade – o “Centro de Estudo e Recreação do Magistério Primário do Ceará” (CERMAPCE) – foi fundada em 1955 sob a iniciativa da própria Secretaria de Educação do Estado do Ceará – SEDUC, e agregava os professores do ensino primário, com o principal objetivo de oferecer cursos aos docentes que lecionavam nesse nível de ensino e era composta por diretores de escolas públicas e por funcionários ligados ao governo.

Na década seguinte foram criadas mais três entidades: a Associação dos Professores Licenciados do Estado do Ceará (APLEC), em novembro de 1962, a Associação dos Professores Registrados do Estado do Ceará (APREC), em dezembro de 1966, e a Associação dos Professores em Estabelecimentos Oficiais do Ceará (APEOC), fundada em fevereiro de 1962. A APLEC foi criada com o propósito de defender os direitos dos professores licenciados, já que naquele período, o número de professores leigos era bastante elevado, sobretudo, no interior do Estado. Por esse motivo, os

licenciados buscavam a regularização da contratação, especialmente no ensino médio, apenas de profissionais que obtivessem a licenciatura em curso superior.

A APREC foi fundada pelo professores leigos que apresentavam um registro concedido pelo Governo do Estado. A entidade apresentava como luta apenas o objetivo de pleitear o direito ao exercício do magistério e, segundo Moreira, quando este foi concedido em 1967, a organização foi extinta, um ano após sua fundação.

A terceira Associação, a APEOC, congregava os professores das escolas públicas que atuavam no ensino secundário, apresentando como principal propósito à defesa dos direitos dos associados, reivindicando o piso salarial da categoria e a luta pela melhoria do ensino secundário no Estado do Ceará. Quando da sua criação, a APLEC, como Associação dos ex-alunos da faculdade Católica de Filosofia, era a principal entidade que mantinha o maior número de associados, e seus dirigentes faziam oposição às práticas da APEOC. No entanto, esta, nos anos de 1970, com a extinção da APLEC e, sobretudo, na década de 1980, em virtude das mudanças no contexto sócio-político tornou-se a principal entidade, conforme analisaremos mais adiante.

Na prática as referidas associações atuavam como órgãos burocratizados que deveriam exercer algumas funções assistencialistas, delegadas pelo Governo do Estado. Devemos considerar o fato da conjuntura sócio-política da época ter sido marcado pelo regime ditatorial o qual reprimiu qualquer tipo de prática combativa, questionadora da autoridade do Governo. Além disso, o ingresso dos docentes não era realizado por concurso público, predominando critérios políticos como o “apadrinhamento”, que favoreciam ainda mais a incidência das práticas clientelísticas, dificultando a emergência de um movimento combativo nas entidades, para além da simples negociação burocrática.

Este quadro permanece praticamente inalterado até o final dos anos de 1970, já que durante esse percurso, apesar de terem surgido grupos que pretendessem inovar as práticas coletivas nas associações, o fato não desencadeou mudanças estruturais. As alterações serão desencadeadas quando no cenário nacional, no período da abertura política, houve a emergência das lutas dos trabalhadores brasileiros, organizados em um movimento mais combativo denominado “Novo Sindicalismo” que, como destacou Antunes (1995:11) se configurou pela

retomada das ações grevistas, a explosão do sindicalismo dos assalariados médios e do setor de serviços, o avanço do sindicalismo rural, o nascimento das centrais sindicais, as tentativas de

consolidação da organização dos trabalhadores nas fábricas, os aumentos nos índices de sindicalização (...).

De fato, no final dos anos de 1970, houve a emergência de uma nova identidade coletiva, no contexto cearense, mediante a inserção de novos personagens na organização docente. Estes, por sua vez, inicialmente, se identificavam com as ações combativas que emergiram no movimento sindical, e por esse motivo, farão oposição às práticas vigentes nas associações.

Entretanto, as ações da oposição no decorrer da década de 1980, no âmbito das lutas pela formação do movimento sindical dos professores da rede pública/ básica serão permeadas por conflitos político-ideológicos, que formará duas correntes com posicionamentos divergentes. Após a conquista do direito à sindicalização (1988), ambas as correntes tentará conquistar o seu espaço no movimento sindical dos professores, o que acarretou a formação de duas grandes entidades, o Sindicato dos Servidores da Educação e da Cultura do Estado e dos Municípios do Ceará – sucedâneo da APEOC e o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará – SINDIUTE.

Em razão da repercussão das mudanças no movimento sindical brasileiro a partir do final de 1970 na conformação do movimento sindical docente no Ceará, faremos um breve relato dessas transformações no Brasil.

3. Cenários do “novo sindicalismo” brasileiro

No final dos anos de 1970, em virtude do surgimento de um conjunto de fatores – a crise econômica, o colapso do modelo Desenvolvimentista e a emergência das correntes progressistas, como, por exemplo, os Novos Movimentos Sociais (NMS)² – teve início uma nova fase na história do sindicalismo no Brasil, com a eclosão do Novo Sindicalismo, impulsionado pelo surgimento da oposição sindical, e da luta dos servidores públicos pelo direito à sindicalização. Como podemos observar, analisando a organização do magistério público, a estrutura organizacional da categoria predominante era a associação. Desta forma, cumpre destacarmos que a fase de

² Os NMS, conforme Gohn (1997:82) foram os movimentos sociais populares urbanos que eclodiram nos anos de 1970, em especial, aqueles vinculados aos setores progressistas da igreja, inovando as ações coletivas com “práticas sociais e um estilo de organizar a comunidade local de maneira totalmente distinta”. Esses movimentos de caráter não-institucional surgiram no momento em que as formas tradicionais de atuação política, partidária e a sindical encontravam-se sob o controle do regime ditatorial e, por isso, tornaram-se atores centrais na sociedade civil no que diz respeito às mobilizações e ao confronto com o Estado.

sindicalização do movimento docente apresenta-se articulada às mudanças ocasionadas pelo Novo Sindicalismo e, por isso, torna-se mister tecermos algumas considerações.

Vários aspectos podem ser arrolados em relação às transformações no movimento sindical a partir deste período; no entanto, destacaremos em especial, a formação das duas grandes tendências que se configuraram no Novo Sindicalismo. De um lado, a tendência combativa, de cunho socialista, composta pelos grupos que criarão a Central Única dos Trabalhadores – CUT. Do outro lado, as composições que defenderão a modernização da estrutura sindical mediante ações moderadas e conciliadoras.

Uma das principais características que marcou as ações do movimento sindical no Brasil, no final da década de 1970, foi a permanência de diversas correntes no interior dos grupos oposicionista emergentes, especialmente, em razão das articulações político-partidárias estabelecidas pelas lideranças. De acordo com Rodrigues (1991), a oposição sindical se configurou, inicialmente, em três blocos: a Unidade Sindical (sindicalistas com vinculação partidária), os Sindicalistas Autênticos (diretores combativos sem vinculação partidária)³, e os Ativistas Combativos (oposição pela base).

De acordo com o autor, em 1980, após a realização do Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES) podemos evidenciar um desdobramento das oposições em quatro correntes no Novo Sindicalismo Brasileiro: os Sindicalistas Autênticos, a Unidade Sindical, a Oposição Sindical e a Extrema Esquerda. Todas essas vertentes apresentaram especificidades em relação à postura político-partidária. Essas divergências tiveram impacto nas reivindicações, haja vista que, embora tivessem algumas bandeiras em comum, divergiam, sobretudo, no que diz respeito à criação da CUT e do princípio de unicidade⁴.

QUADRO I – CORRENTES NO NOVO SINDICALISMO

UNIDADE SINDICAL	SINDICALISTA AUTÊNTICO	OPOSIÇÃO SINDICAL	EXTREMA ESQUERDA
P C do B, PCB, MR-8	Formação do PT	Formação do PT	Lenilistas, organizações não-partidárias

³ Dessa corrente faziam parte os novos líderes sindicais que mantinham uma postura mais combativa. Dentre eles, destacamos Luís Inácio Lula da Silva, dentre outros, todos ligados a sindicatos dos metalúrgicos que, inclusive serão as lideranças nas greves no final dos anos de 1970.

⁴ Para um maior aprofundamento ver Rodrigues (1991).

- Favorável à criação de uma central única dos trabalhadores, com exclusiva participação do mov. Sindical/ amplos poderes às federações, confederações.	- Favorável à criação da CUT, com maior participação das bases/ dos movimentos populares.	- Favorável à criação da CUT, com maior participação das bases/ dos movimentos populares.	- Favorável à criação da CUT, com maior participação das bases/ dos movimentos populares.
- Contra a criação do Partido dos Trabalhadores - PT.	- Favoráveis à criação do PT	- Favoráveis à criação do PT	- Objetivo central de lutar pelo socialismo

Fonte: Informações retiradas do texto de Rodrigues (1991).

Para Antunes (1995) dois pontos podem ser destacados nas divergências entre a Unidade Sindical e os demais grupos, que seriam a criação da CUT e a própria concepção sobre o papel do movimento sindical no decorrer das mudanças que vinham ocorrendo a partir transição político, nos anos de 1980. A Unidade Sindical, formada pela esquerda tradicional e em sua maioria por militantes ligados ao PMDB, ao se posicionar contra o sindicalismo combativo, alegando prejuízos à transição democrática, rompeu com as demais correntes por apresentar um projeto sindical que visava priorizar ações moderadas e conciliadoras.

Todo esse quadro fez com que, nos anos de 1980 e 1990, ao invés da criação de uma única central que reunisse as diversas categorias dos trabalhadores, fossem criadas várias centrais sindicais⁵. Cada corrente surgiu no âmbito do Novo Sindicalismo que por sua vez, passou a ter como uma das principais características a diversidade ideológica no movimento sindical, por meio das diferenciações que foram surgindo nas oposições, no decorrer da luta pela reconstrução do sindicalismo brasileiro na Nova República (1985).

Esse cenário repercutiu na organização do magistério, tanto em âmbito nacional, como na realidade cearense, já que a partir do final dos anos de 1970 tem início a luta pelo direito à sindicalização dos servidores públicos, que será acompanhado pela eclosão do movimento docente combativo. Este, por sua vez, terá seu desdobramento nos anos de 1980, na composição de novas lideranças que entrarão em conflito na busca por um espaço que represente a legitimação de suas ideologias político-partidárias, que

⁵ As centrais sindicais foram: a CUT (1983), a União Sindical Independente (1985), a Central Geral dos Trabalhadores (1986); Corrente Sindical Classista (CSC) e a Força Sindical (1991).

na década seguinte, irão compor o cenário do movimento sindical dos docentes, aspecto a ser discutido a seguir.

4. A fase de sindicalização do magistério cearense

No período da eclosão do movimento sindical brasileiro, na década de 1970, identificamos a efervescência da discussão, nas associações do funcionalismo público, em torno do direito à sindicalização, conforme destacamos acima. Nas organizações do magistério não foi diferente, sendo a conquista pela Carta Sindical⁶ defendida como um instrumento fundamental para a obtenção dos direitos da categoria, sobretudo, os trabalhistas.

No Ceará, a formação do movimento sindical docente apresentou aspectos singulares relacionados às forças políticas presentes nas lutas do magistério, desde a época das associações. Neste sentido, verificamos que a estruturação da luta sindical, em 1989, foi permeada pelas lutas entre duas correntes políticas, as quais representavam, respectivamente, duas tendências do movimento sindical na época: o sindicalismo combativo e o sindicalismo propositivo, as quais serão discutidas a seguir.

4.1. Tendências sindicais na formação do movimento docente cearense

O primeiro sindicato dos professores da educação básica da rede pública de ensino cearense foi a APEOC/Sindicato. Todavia, a transformação da antiga Associação em sindicato, em 1989, se deu numa conjuntura de inúmeras disputas entre o grupo dirigente na época e parte da base da categoria, que desde o final dos anos de 1970 vinha representando oposição à APEOC.

Cumpramos destacar que até 1983 existia um grupo de oposição à direção da antiga Associação, o qual foi dividido em virtude do rompimento de parte do grupo, representado pelo professor Fausto Arruda e Jaime Alencar, que decidiu apoiar à direção comandada pelo professor Francisco Brilhante.

Com o rompimento podemos verificar que passou a existir duas principais lideranças no interior do movimento docente no Estado do Ceará, ao longo dos anos de 1980 e 1990, ambas oriundas do movimento de oposição. A primeira representada pela direção da Associação, que permanecerá na direção nas eleições de 1986 e 1989, sob a

⁶ A carta sindical é o documento emitido pelo Ministério do Trabalho que legitima a atuação de uma entidade sindical, criada desde a reforma nos sindicatos na Era Vargas (1930-1945).

gerência dos antigos oposicionistas, citados acima. O referido grupo apresentava articulação com correntes ligadas ao PDS, PMDB, MR-8 e PFL⁷, partidos políticos que no plano nacional não participaram da criação da CUT. Defendiam um sindicalismo propositivo, não sendo favoráveis à greve como principal instrumento de luta.

Do outro lado, identificamos a oposição, formada por integrantes ligados ao PT, que defendia a filiação da APEOC à CUT. A oposição também refletia a formação, no movimento docente, de uma tendência estruturada no plano sindical nacional, que é a do sindicalismo combativo.

Desta forma, percebemos que a partir das eleições da APEOC, em 1986, ficou evidenciada a formação das tendências sindicais que farão parte do movimento. O sindicalismo combativo representava o grupo oposicionista que começou a se estruturar no final de 1970. Eram favoráveis ao direito irrestrito de greve como um mecanismo de pressão popular contra os governantes. Estes, por defenderem posturas mais combativas, entraram em confronto direto com o Governo do Estado⁸ e com a diretoria da APEOC.

A segunda tendência surgiu mediante a composição entre o grupo que liderava desde o início dos anos de 1970, e uma parte do grupo combativo. Esta, por sua vez, ao divergir em torno de questões centrais no âmbito da prática sindical, rompeu com a oposição, decidindo se agregar à direção e defendiam um sindicalismo mais propositivo.

As duas tendências passaram a atuar no movimento docente e a partir da análise das entrevistas e da pesquisa documental podemos verificar algumas características que marcaram suas ações. Assim como foi destacado na análise do Novo Sindicalismo no Brasil, identificamos a influência exercida pelos partidos políticos na formação do movimento docente. Tanto uma corrente quanto à outra tinham seus representantes nos cargos executivos – Governo do Estado (PMDB) e Prefeitura de Fortaleza (PT)⁹. Ambas as correntes buscaram apoio nos partidos políticos no bojo da disputa pelo espaço no movimento docente. Percebemos pela análise dos arquivos hemereográficos da época, que registram as audiências com o Governo e Prefeitura, que as ideologias partidárias interferiram diretamente na interlocução com a máquina administrativa. Não identificamos nenhum encontro entre a diretoria da APEOC e a Prefeitura de Fortaleza,

⁷ Partido Social Democrático (PDS); Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); Movimento Revolucionário 8 de Setembro (MR-8) e Partido da Frente Liberal (PFL).

⁸ Em 1987 teve o início, no Ceará, o “Governo das Mudanças”, com a vitória do candidato Tasso Jereissati, que nesse período integrava o PMDB.

⁹ Neste período o Governador do Estado era Tasso Jereissati e a Prefeita era Maria Luiza Fontenele.

sendo essa interlocução realizada pela oposição, tendo em vista que esse grupo apresentava a mesma tendência partidária. Por outro lado, as negociações com a Secretaria de Educação do estado, em sua grande maioria, foram efetivadas pela direção da APEOC, que apresentava maior articulação e apoio ao Governo.

No discurso da associação, a oposição promovia o divisionismo na categoria, o que dificultava a interlocução como o Governo do Estado. Durante a entrevista realizada com A-1 que fazia parte dessa direção, ele ressaltou esse fator:

Antes na APEOC, surgiu um agrupamento que ainda continua ai se auto-intitulando sindicato [SINDIUTE]; por uma ação de uma própria professora que não entendia essa função, porque ela dividia a categoria. Bom para o governante, porque dividido é melhor para ele reinar e não atender.

No entanto, para a oposição a atuação dos dirigentes, aceitando as propostas do governo sem discuti-las com a categoria em assembléias e seu repúdio pelas mobilizações eram os grandes fatores que impediram os avanços das conquistas no Estado.

Diante do exposto, podemos concluir que o espaço do movimento docente vinha sendo construído como instrumento para legitimação das tendências sindicais, formadas ao longo da década de 1980. Isso acarretou um divisionismo na categoria e a permanência de duas formas de interlocução. Vale salientarmos, a profunda ligação entre partidos políticos e sindicatos, projetada na relação governo e sindicato, que definiram de forma direta as ações dos grupos. Ambas as correntes buscaram apoio nos partidos, na disputa pelo espaço no movimento docente, e as conquistas e mobilizações representavam o mecanismo de legitimação de cada tendência.

Com a promulgação da Constituição Federal (1988), que determinou a sindicalização como um direito dos servidores públicos, houve por parte das associações a busca pela obtenção da carta sindical. A APEOC, naquele momento encaminhou o processo de sindicalização. Entretanto, de acordo com Fonseca (1991), este não se concretizou de forma democrática já que houve uma manobra no encaminhamento das propostas, desconsiderando a reinvidicação das entidades de oposição. A proposta da oposição era que fosse estabelecida uma discussão entra a categoria para a criação do sindicato.

Desta forma, diante da criação da APEOC/ sindicato, a última tentativa da oposição de tornar-se liderança foi na eleição de 1989 e sua derrota¹⁰ determinou os novos rumos do movimento docente e a criação de dois organismos sindicais que passarão a disputar esse espaço no Ceará.

5. A configuração do movimento sindical docente cearense: os sindicatos APEOC e SINDIUTE

As divergências presentes no movimento docente, caracterizada pela formação de duas tendências sindicais repercutiram no momento da criação do sindicato dos docentes das escolas públicas da rede básica do ensino no Ceará. Ao invés da formação de um organismo sindical passamos a ter duas entidades representativas que desde o início da década de 1990 disputam o espaço do movimento docente, tendo em vista que a criação da APEOC/ Sindicato, em 1989, não impediu que houvesse a formação de um outro sindicato, o Sindicato único dos Trabalhadores em Educação do Ceará – SINDIUTE.

A história do SINDIUTE está diretamente ligada às lutas políticas travadas pela oposição no âmbito do movimento docente. Após a derrota nas eleições de 1989, o grupo opositor decide iniciar um movimento de desfiliação da APEOC, criando, inicialmente, o Sindicato dos trabalhadores em Educação do Ceará – SINTECE, apoiado pela Confederação Nacional dos trabalhadores em Educação – CNTE¹¹. Neste período, a tônica no debate acerca do movimento sindical era a unificação da categoria, mediante a criação de um sindicato único que representasse todos os segmentos na escola – professores, orientadores, supervisores, professores de educação física – unificando, assim, o movimento docente no Estado.

No ano de 1989 e início de 1990, a CNTE apoiava a unificação e a oposição no Ceará, não aceitando a decisão da APEOC/ Sindicato, criou uma comissão composta por membros das associações – ASSOECE, ASSECE, APEFCE¹² – com o intuito de estruturar a proposta de unificação, tendo o apoio da nova Confederação. Nesta direção, foram realizados três Congressos Estaduais de Unificação dos Trabalhadores em Educação.

¹⁰ Ver Almeida (2004).

¹¹ A CNTE é a antiga Confederação dos Professores do Brasil (CPB). A mudança ocorreu durante o XXII Congresso Nacional da CPB, realizado em Brasília no ano de 1989, que teve como principal objetivo discutir a configuração da organização docente em todo o país.

¹² Associação dos Orientadores do Ceará (ASSOECE); Associação dos Supervisores do Ceará (ASSECE) e Associação dos Professores de Educação Física do Ceará (APEFCE).

No primeiro, em março de 1990, houve a criação do SINTECE, que mesmo sem a Carta Sindical, buscou sua legitimidade no apoio da CNTE. Em novembro do mesmo ano, foi realizado o segundo Congresso, tendo como objetivos a “valorização o trabalhador em educação, enquanto profissional; o fortalecimento de todos, enquanto categoria, e a defesa da escola pública” (p.38). O jornal do SINTECE (janeiro/1991), trouxe uma lista das mobilizações encampadas pelo novo sindicato e identificamos, entre o primeiro e o segundo Congresso, a realização de 28 atividades, entre assembleias, plenárias, audiências com os governantes, manifestações, debates com a categoria, que explicitam a visibilidade que o movimento de oposição passou a ter na década de 1990, momento propício para a conformação do sindicalismo combativo no movimento docente cearense.

Somente em dezembro de 1991, durante a realização do III Congresso foi criado o SINDIUTE. Nesse momento, houve a adesão de uma parte da direção da APEOC, que participou do evento e apoiou a unificação. O grupo da APEOC/Sindicato que não participou da unificação iniciou uma luta judicial contra a legitimação do novo sindicato, tendo como suporte a legislação que apenas garante a existência de uma única entidade para cada categoria na mesma Região. Na visão desse grupo o SINDIUTE apenas representava o meio encontrado pelas oposições do movimento docente de poder atuar enquanto lideranças.

Alguns, entretanto, preferiram o tortuoso caminho do divisionismo e iniciaram uma aventura, objetivando a criação de uma nova entidade. A tentativa de golpe não teve o respaldo legal. No meio de tudo isto, aprofundava o desmando e a corrupção comandada pelo ex-presidente. Com a iminente derrota na justiça, surge então a tentativa de unificação (...) (INFORMATIVO SINDICATO-APEOC, fev./1992).

Não obstante, a fusão APEOC-SINTECE foi reconhecida por parte significativa da categoria. Além disso, identificamos nos principais jornais locais referências acerca da unificação reconhecendo a criação do SINDIUTE. O Jornal TRIBUNA DO CEARÁ (26/02/1992), divulgou a seguinte nota:

Por unanimidade os professores filiados à Associação dos Professores em Estabelecimentos Oficiais do Ceará (APEOC) presentes ontem à Assembleia Extraordinária, convocada pela ex-presidente Adair de Freitas, decidem pela fusão da entidade ao Sindicato Único dos trabalhadores em Educação – Sindiute (...) Jayme Alencar já anunciou que não reconhece a Assembleia e convocou para amanhã eleição para a escolha da nova diretoria da entidade. Grande parte da categoria que

compõe a Apeoc, no entanto, não concorda com a decisão de Jayme e garante que a partir de agora a Apeoc não existe mais.

Percebemos pela análise realizada que a configuração do movimento sindical docente no Ceará representou o “palco” das lutas dos grupos que disputaram o espaço da organização do magistério desde a década de 1980. O seu corolário foi a formação de dois sindicatos que desde então, comprem entre si a legitimação de representar a categoria docente. A APEOC/Sindicato vem enfatizando como justificativa a aquisição da Carta Sindical, que obteve em 1989, apoiando-se na justiça para garantir a sua existência. Já o SINDIUTE, justificava sua legitimidade pelo reconhecimento e sua filiação à CNTE e, sobretudo, pelo apoio que a base da categoria vinha dando ao sindicato.

Vimos que apesar de legalmente a APEOC/Sindicato ser considerado o sindicato oficial dos professores, o SINDIUTE conseguiu, mesmo com a ordem judicial, firmar-se enquanto sindicato representante dos trabalhadores em educação no Estado do Ceará, e a trajetória de luta do movimento docente no Estado, a partir da década de 1990 será construída pela ação das entidades.

Cumpramos destacar que, no final da década de 1990 e início do ano de 2000, o espaço docente teve significativas alterações, com o rompimento entre as lideranças do SINDIUTE. O principal grupo que participou, em 1991, da fundação da entidade, rompeu com o movimento sindical, aderindo à concepção ideológica da Crítica radical “que entende a teoria como crítica categorial ao capitalismo, como crítica à irracionalidade do moderno sistema de produção de mercadorias, ou seja, ela repudia as categorias ontológicas básicas do capitalismo (trabalho, valor, mercadoria, dinheiro, mercado, Estado, política, democracia, etc..)” (SINDIUTE, 2003).

Ainda enquanto diretoria do SINDIUTE, esse grupo veio repensando seus posicionamentos em relação à sua proposta de educação “Por uma Escola Pública para o Trabalhador” (1991)¹³, que definia o trabalho como um princípio educativo e elaboraram um novo projeto “Por uma Educação para a Emancipação Humana”, coerente com a concepção ideológica da Crítica Radical.

6. Considerações finais

O início da década de 1990, portanto, marcou a história do movimento sindical docente cearense. Até esse período identificamos que os docentes se organizavam em

¹³ Ver Almeida (2004) e Araújo (2000).

associações, sendo nesse momento a luta marcada pela fragmentação das demandas de cada entidade e ausência de práticas combativas.

Somente no período de reestruturação do movimento sindical brasileiro, foi observado a emergência de grupos oposicionistas, os quais passarão a lutar pela sindicalização dos professores da rede pública. No Ceará, verificamos uma divergência no grupo de oposição e seu corolário foi a formação de duas vertentes. Tais vertentes serão representadas pelos dois organismos sindicais criados no final de 1980 e início da década de 1990, respectivamente, a APEOC/ Sindicato e o SINDIUTE.

A APEOC/ Sindicato defenderá uma concepção de prática sindical pautada no sindicalismo propositivo e o SINDIUTE coerente com as linhas do sindicalismo combativo.

Alguns fatores foram observados na pesquisa: a sindicalização do movimento docente cearense foi permeada pela luta dos grupos existentes na APEOC, sendo o espaço docente marcado pelos conflitos entre as duas entidades sindicais formadas. Nesse contexto, a busca pela legitimidade em representar a categoria docente se sobrepôs às lutas específicas da categoria como a melhoria salarial e a qualidade do ensino público.

Evidenciamos ainda que o divisionismo foi uma característica presente na história do movimento sindical docente das escolas públicas da rede básica de ensino no Ceará.

7. Referências bibliográficas

ALMEIDA, D. M. *Movimento docente e gestão democrática na escola: estudo de caso dos sindicatos APEOC e SINDIUTE no período de implantação das reformas dos governos mudancistas (1987-1998)*. Dissertação de mestrado, UECE, 2004.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 4ª edição. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

ARAÚJO, R. D., *O Sindicato único dos Trabalhadores em Educação do Ceará: uma história de luta e contradições*. Dissertação de mestrado. UFECE, 2000.

FONCESA, R.M. F. da. *A organização dos educadores e a luta pela escola pública: CNTE-APEOC-SINTECE*. Dissertação de mestrado, UFCE, 1991.

GOHN, M. da G. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

MOREIRA, M. L., *A história da luta sindical do magistério cearense (1947-1985)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2000.

RODRIGUES, I. M., *As tendências políticas na formação das centrais sindicais*. In. BOITO JR, A. (org.) *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SINDIUTE, *Educação e emancipação*. Fortaleza: SINDIUTE, 2003.

SINTECE/APEOC, *Projeto Alternativo: por uma escola pública do trabalhador*, Fortaleza, 1991.